

ANC P2 19 OUT 1987

Um prazo razoável

Foi muito acertada a medida adotada pelo presidente da Constituinte, aumentando o prazo de trabalho da Comissão de Sistematização em vinte dias. Tudo o que o indicava era insuficiente. Na busca de obedecê-lo, os trabalhos seriam atropelados. O resultado só poderia ser negativo e isto precisava ser evitado.

Mesmo este novo prazo exigirá de todos os constituintes um grande esforço para que os trabalhos da Casa sigam satisfatoriamente. O número de destaques é muito grande mas não se pode impedir os representantes do povo de participarem intensamente das deliberações da futura Carta Magna.

Não se pode analisar serenamente o andamento dos trabalhos dos constituintes sem levar em conta que esta é a primeira vez que se elabora uma Constituição sem um anteprojeto que oriente as discussões dos parlamentares. A medida tem sido criticada por

muitos, mas a escolha foi feita conscientemente e tinha como finalidade conceder aos representantes do povo maior liberdade, mais amplo campo de iniciativa. Evidentemente esta opção teve um custo. Nas subcomissões e nas Comissões Temáticas muitas incongruências e mesmo repetições apareceram, mas, isto era esperado.

Agora é o momento decisivo dos trabalhos. A Comissão de Sistematização deve livrar o texto do que ele tem de incongruente e além disto tem de fazer opções políticas importantes como primeira instância de deliberação.

Diante desta responsabilidade, seria sem sentido apegar-se a um cronograma em prejuízo da qualidade do trabalho de elaboração da Carta. É importante que a Constituinte disponha de todo o tempo que necessitar para corresponder às expectativas da população.

Sem atropelos e com maior rendimento, é de se esperar que o ritmo dos trabalhos se estabilize num nível de maior

eficácia e, isto é o mais importante, que corresponda às necessidades do País. Afinal de contas, os eleitores esperam uma Constituição que consolide a democracia, represente um progresso político e social e, principalmente, seja duradoura. Basta de Constituições efêmeras que têm tido muito de conjuntural. Agora espera-se algo que possa ser considerado definitivo.

O presidente da Constituinte agiu corretamente ao prorrogar o prazo da atual fase de trabalhos da Comissão de Sistematização. Numa época em que o comportamento de muitos políticos tende a agradar e a evitar críticas, o sr. Ulysses Guimarães teve a coragem de adotar uma medida justa, mas que poderia colocá-lo sob restrições dos que querem agradar a todos e que colocam em primeiro plano a rapidez da elaboração do texto constitucional. Agora é o momento em que se pode esperar maior eficiência e tranquilidade dos representantes do povo.